

A valorização da magistratura nacional passa pela maior atenção dos tribunais às questões afetas à saúde e às condições de trabalho, sendo indiscutível o aumento do adoecimento dos juízes e desembargadores que precisam dar conta de uma carga de trabalho cada vez maior. O assunto está na pauta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recentemente editou resolução que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Quais as medidas que o senhor pretende adotar para enfrentamento dessas questões caso eleito?

Resposta do desembargador Ricardo Roesler:

A valorização dos magistrados e servidores é uma das prioridades da gestão que propomos. Consta em diferentes tópicos do plano de gestão porque tanto a valorização dos integrantes do Poder Judiciário quanto a atenção à saúde não podem ser resumidas a uma política apenas.

A saúde dos servidores e magistrados não pode ser analisada como fator dissociado das funções ordinárias e institucionais dos recursos humanos de nossa instituição (PJSC). É indispensável cuidar das pessoas que movem todas as tecnologias aplicadas e disponíveis. E para isso é necessário atuar em várias frentes.

A resolução do Conselho Nacional de Justiça, de todo louvável na iniciativa, limita-se a regulamentar o programa e instituir políticas públicas de assistência à saúde suplementar e ou compensação de despesas médicas. Apesar da austeridade dos tempos atuais, do orçamento engessado e da recorrente discussão dos repasses destinados ao Judiciário, é imprescindível discutir o tema de forma aberta e objetiva. Por isso pretendemos avaliar, mediante estudo da área técnica, as melhores formas de conciliar a fórmula ditada pelo CNJ ao orçamento do Poder Judiciário Catarinense.

Muito além da observação da proposição discutida no CNJ, estamos preocupados também com medidas mais perenes e, sobretudo, profiláticas, e para isso é necessário que todos sejam ouvidos.

Atualizaremos o diagnóstico realizado pela Corregedoria-Geral de Justiça e também da AMB, ouvindo magistrados e servidores, para identificar com mais detalhamento e precisão as deficiências e as necessidades, para verificar convergências e dissonâncias e estabelecer medidas estruturais – envolvendo desde soluções

tecnológicas até a reordenação da mão-de-obra, que otimizem a força de trabalho. Pretendemos aperfeiçoar desde soluções pontuais – como a dinamização dos trabalhos, além do aperfeiçoamento do corpo técnico e do preenchimento de cargos e funções – até políticas mais amplas de melhoramento das condições de trabalho e de melhoria do clima organizacional.

Para tanto se avaliará a distribuição da força de trabalho em relação à demanda atual, a individualização das deficiências para definir, por exemplo, a concentração de atividades comuns, a padronização de procedimentos e a simplificação de rotinas. Em razão da dinâmica dos tempos atuais e do avanço da virtualização das atividades jurisdicionais, pretendemos estabelecer essas políticas a partir do planejamento estratégico, que permitam progressivamente a adaptação e readequação ao longo dos anos.

Além de medidas que propiciem maior conforto à realização das atividades jurisdicionais, pretendemos ampliar o incentivo a atividades que valorizem aptidões e talentos individuais, voltadas ao bem-estar dos magistrados e servidores, que sirvam não só à integração, mas sobretudo à satisfação pessoal.

Naturalmente, tendo em vista que propomos uma gestão participativa e democrática, onde a integração compõe um dos pilares de nossas propostas – a participação de todos, com opiniões e críticas é indispensável para que possamos atender da melhor forma todos os anseios da magistratura catarinense. Por essa razão mantivemos aberto o canal de diálogo, inaugurado com o fim de estabelecer as bases da gestão e que agora servirá à melhoria e ao aprimoramento de nossas propostas. O diálogo, aliás, regerá todas as ações na futura gestão.